

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bitar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdccdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 714/2019-PGJ, DE 26.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º e considerando o § 1º do artigo 81, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por antiguidade, o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, símbolo MP-22, para a 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e autorizar que sua promoção se efetive na 1ª Promotoria de Justiça de Terenos (Processo PGJ/10/0344/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 600/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 310/2019-PGJ, de 30.1.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de fevereiro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
20 (18h01min) a 27.2.2019 (7h59min)	4ª	Ana Cristina Carneiro Dias	99129-2433

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
20 (18h01min) a 27.2.2019 (7h59min)	7ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 633/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Dourados Ricardo Rotunno e Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem nos autos do Procedimento de Investigação Criminal nº 06.2018.00002995-7 e do Inquérito Civil nº 06.2018.00002917-9, em trâmite perante a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 635/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 15.2.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 636/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 11 a 15.2.2019, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 658/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 33º Promotor de Justiça de Campo Grande, Nicolau Bacarji Junior, a se ausentar da referida Comarca nos dias 2 e 3.5.2019, para participar do “VI Congresso do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (PROINFÂNCIA)”, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 659/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2010/2011, a serem usufruídos no período de 1º a 5.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 660/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 30.3.2014 e nos períodos de 12 a 19.5.2017 e 13 a 20.11.2017, a serem usufruídos no período de 25 a 28.3.2019 e nos dias 8 e 9.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 661/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 41ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no período de 7.3 a 9.4.2019; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 472/2019-PGJ, de 11.2.2019, que designou o Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida para atuar na referida Turma Recursal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 662/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Campo Grande, Clovis Amauri Smaniotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 7.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 663/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 36ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 665/2019-PGJ, DE 22.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, a partir de 18.2.2019, até ulterior deliberação, atuando nos feitos extrajudiciais.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 673/2019-PGJ, DE 25.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 60º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Antônio Freitas de Almeida, a se ausentar da referida Comarca no dia 29.3.2019, para apresentar defesa em tese de Doutorado no ramo de Direito, especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, na Universidade de Lisboa, em Portugal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 674/2019-PGJ, DE 25.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 18.2.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1996/2018-PGJ, de 14.6.2018, que indicou o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 643/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolynne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	17 a 26.6.2019	11 a 20.12.2019		7 a 16.8.2017

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	7 a 16.3.2019		20 a 29.11.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	11 a 20.4.2018	15 a 24.4.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	7 a 16.3.2019		19 a 28.2.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Rech Lima	2017/2018	10 a 19.9.2018	2 a 11.5.2019		20 a 29.9.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Joana Maria Diedrich	2017/2018	15 a 24.10.2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.8.2019	
Marina Borges Soares	2017/2018	17 a 26.9.2018	11 a 20.3.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Nadson Matheus Borges	2016/2017	5 a 14.11.2018	4 a 13.3.2019		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valter Vieira Segundo	2017/2018	10 a 19.12.2018	24.6 a 3.7.2019		1º a 10.2.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	11 a 20.3.2019	10 a 19.12.2019	
Jokasta dos Santos Lopes	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.7.2019		8 a 17.1.2019
Kellen Ferreira Nunes	2017/2018	18 a 27.3.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	6 a 15.5.2019	14 a 23.10.2019		21 a 30.1.2019
Magaly Carvalho Brunet	2016/2017	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		21 a 30.1.2019
Marco Antonio Martins Pereira	2016/2017	29.7 a 7.8.2019	10 a 19.12.2019		18 a 27.1.2019
Selma Gonçalves	2017/2018	7 a 16.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Wanessa Barbosa Santana	2017/2018	21 a 30.1.2019	1º a 10.7.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Claudia Vieira	2017/2018	11 a 30.3.2019			10 a 19.6.2019
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	28.10 a 16.11.2019			1º a 10.3.2019
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	11 a 20.3.2019	15 a 24.7.2019		22 a 31.3.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolynne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	22.4 a 1º.5.2019	17 a 26.6.2019		7 a 16.8.2017

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	1º a 10.10.2019		20 a 29.11.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	11 a 20.4.2018	12 a 21.8.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	27.5 a 5.6.2019		19 a 28.2.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Rech Lima	2017/2018	10 a 19.9.2018	22.4 a 1º.5.2019		20 a 29.9.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Joana Maria Diedrich	2017/2018	15 a 24.10.2018	9 a 18.9.2019	10 a 19.12.2019	
Marina Borges Soares	2017/2018	17 a 26.9.2018	8 a 17.4.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Nadson Matheus Borges	2016/2017	5 a 14.11.2018	10 a 19.6.2019		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valter Vieira Segundo	2017/2018	10 a 19.12.2018	11 a 20.3.2019		1º a 10.2.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior	2017/2018	8 a 17.4.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	8 a 17.7.2019		20 a 29.1.2020
Jokasta dos Santos Lopes	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.5.2019		8 a 17.1.2019
Kellen Ferreira Nunes	2017/2018	8 a 17.7.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	14 a 23.10.2019	4 a 13.11.2019		21 a 30.1.2019
Magaly Carvalho Brunet	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		21 a 30.1.2019
Marco Antonio Martins Pereira	2016/2017	10 a 19.12.2019	7 a 16.1.2020		18 a 27.1.2019
Selma Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Wanessa Barbosa Santana	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Claudia Vieira	2017/2018	7 a 16.3.2019	30.10 a 18.11.2019		
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	8 a 27.7.2019			1º a 10.3.2019
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	11 a 20.3.2019	3 a 12.7.2019		22 a 31.3.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 644/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1280/2018-PGJ, de 11.4.2018, e suas modificações, na parte que concedeu férias ao servidor Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 25 a 27.4.2019, passe a constar: Período de Gozo – 24 a 26.4.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 652/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 917/2018-PGJ, de 12.3.2018, com a redação dada pela Portaria nº 3653/2018-PGJ, de 30.10.2018, na parte que concedeu férias ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 15 a 19.7.2019, passe a constar: Período de Gozo – 15 a 19.4.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 671/2019-PGJ, DE 25.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias, e nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Gabriel Damião Amaral Silveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 672/2019-PGJ, DE 25.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael de Araújo Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 24.2.2019, em razão de licença da servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 12 DE MARÇO DE 2019, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI/PGJ:**

• **Memorando nº 0006/2019/CETI/PGJ**, de 5.2.2019, o Promotor de Justiça e Presidente do CETI, Ricardo de Melo Alves, em atendimento ao Ofício nº 0751/2018/CSMP, de 09.10.2018, informa que o pleito constante na Ata nº 31/2018, objetivando a atualização do Ementário das decisões proferidas pelo E. Conselho Superior, foi prontamente atendido pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001181-9.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003009-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

• Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000144-7.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

• Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001448-6.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Brasília:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001125-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001412-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000232-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001602-5.

6. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003685-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002249-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004612-3.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003655-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003541-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002210-9.

8. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001511-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004372-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003769-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002954-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002124-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002123-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001348-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000585-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002588-3.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000143-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003297-6.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001040-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002401-4.

2. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002938-0.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000940-2.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000194-7.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003675-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002902-4.

6. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001092-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000265-7.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000981-0.

8. Procuradoria-Geral de Justiça – Assep4:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001442-3.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001395-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000229-0.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001328-3.

11. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000518-7.

12. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002350-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001167-0.

13. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002645-0.

14. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001071-0.

15. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000814-7.

16. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002580-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000908-0.

17. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002286-0.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002377-0.

19. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001177-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000123-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000425-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003441-6.

20. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002579-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000065-1.

21. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001627-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000024-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000040-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001389-4.

22. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002389-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001369-4.

23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000379-9.

24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002390-4.

25. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000952-4.

26. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002353-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003074-2.

27. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001018-6.

28. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000278-0.

29. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001463-4.

30. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000203-5.

31. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000453-3.

32. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002676-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002895-8.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002955-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000240-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002954-6.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000604-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000029-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000918-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001241-8.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000938-6.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002444-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002384-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002849-1.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001204-0.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001251-8.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002724-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001140-8.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000087-0.

10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002644-9.

11. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000947-5.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001185-9.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001121-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000247-9.

14. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000744-4.

15. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000346-3.

16. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002214-9.

17. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000193-6.

18. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001229-5.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000201-2.

19. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001115-2.

20. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002680-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002784-8.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000967-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001033-8.

22. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001098-6.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000016-6.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000723-7.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002850-3.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002359-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001576-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002704-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002903-5.

27. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001202-9.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002399-2.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001095-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001261-8.

3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000806-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000862-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000718-1.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003230-7.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000910-2.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001063-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001230-7.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000290-2.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002383-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002233-1.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001234-0.

10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002643-8.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000451-1.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000880-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000189-1.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000079-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000301-2.

15. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000937-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000114-3.

16. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002282-7.

17. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000806-9.

18. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001108-5.

19. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001307-2.

6.3.4. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS SILVA:**1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001019-7.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000284-5.

3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001062-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000931-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001512-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002929-0.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000165-8.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003533-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000082-2.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000040-4.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001363-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001231-8.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000512-1.

9. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000241-2.

10. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000152-5.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000594-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000146-9.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000173-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002413-6.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000106-9.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002313-0.

16. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002570-6.

17. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002923-5.

18. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000762-2.

19. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002330-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000340-1.

20. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001593-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001403-8.

21. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002846-9.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002919-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000052-9.

22. Procuradoria-Geral de Justiça – Assep 4:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000099-6.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000219-0.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000973-1.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001031-0.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000075-9.

27. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000120-3.

28. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000939-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000222-4.

29. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000768-1.

30. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde do Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003592-6.

31. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001555-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002747-0.

6.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002406-9.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000416-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000781-5.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001424-5.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000162-5.

5. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000008-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000109-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000135-8.

6. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000888-0.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003175-2.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001065-3.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000149-1.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001185-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000448-8.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000178-0.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000212-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003440-5.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001441-6.

14. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002548-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000322-2.

15. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000307-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000342-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002295-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000455-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002289-3.

16. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000107-0.

17. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000266-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002848-0.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000228-0.

19. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001097-5.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001172-0.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000025-9.

22. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002341-5.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001321-7.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000057-0.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001207-3.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001549-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001575-5.

6.3.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000845-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000079-5.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000100-3.

3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000665-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002299-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002494-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002967-9.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000577-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000130-3.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000033-6.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001324-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001250-7.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000121-4.

10. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002295-3.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002571-7.

11. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000440-7.

12. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002407-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002294-9.

13. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000025-5.

14. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001572-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000194-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000326-0.

15. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001012-0.

16. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002771-5.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000187-0.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000298-0.

19. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002545-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001210-7.

20. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001552-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003670-3.

21. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002376-0.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003388-3.

23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000128-0.

24. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001153-0.

25. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000831-0.

26. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000056-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001774-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guavirá

Assunto: Apurar a presença de danos ambientais na propriedade rural denominada Fazenda Guavirá.

2. Inquérito Civil Nº 06.2018.00001664-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX

Requerida: Fazenda do Chefão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda do Chefão de propriedade de Maria Loureiro Pinheiro, às margens do rio Apa.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000113-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Vaca Branca (antiga fazenda Mangabeira), no Município de Paraíso das Águas, consistente em degradação da nascente, por falta de isolamento da APP, e desvio do curso d'água sem autorização do órgão ambiental competente.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas no imóvel situado na avenida Rita Vieira de Andrade, quadra 10, lote 04, Parcelamento Jardim Auxiliadora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001428-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Daniel Liebernecht

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Vista Alta”, consistente na exploração de vegetação nativa localizada em área de reserva legal sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000164-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de nepotismo, ante a nomeação para cargos em comissão, de confiança e de chefia do casal Roberto Magno e Vania Maria da Silva Pereira; bem como da pessoa de Elizeu Soares irmão do Vereador Oziel Soares, respectivamente Gerente de Núcleo, Diretora de Escola e Chefe do Setor de Tributação.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001280-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edviges Coelho Derzi

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Dois de Ouro, Município de Antônio João/MS (Projeto SOS Rios).

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001359-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade por dano ambiental objeto do Auto de Infração nº 23357 do IMASUL, consubstanciado na exploração ambiental do corte de árvores de madeira sem licença ambiental para tanto por parte de Mauro Mendes da Costa, na Chácara Bálsamo, localizada no Lote 09 do Assentamento Bálsamo, em Nioaque/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001094-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento de 12,01 hectares ocorrido no Assentamento Andalúcia, lote 39, de propriedade de Anildo Belmonte da Silva.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001795-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Francisco de Carvalho

Assunto: Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e a conservação do solo do imóvel denominado “Fazenda Cachoeirinha”.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001916-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Carreteiro Furtado

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental a partir de uma nascente onde ocorre erosão laminar com carreamento de sedimentos, os quais acarretam o assoreamento do Córrego Urutal, situado no imóvel rural denominado “Fazenda Retiro Velho”, na cidade de Alcinópolis/MS, de propriedade de Osvaldo Carreteiro Furtado.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002483-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade e/ou ilegalidade na doação/patrocínio no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado à realização de evento a ser promovido pela Associação Recreativa União.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002555-0 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002773-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Phoenix Geração de Energia S/A., Savana Geração de Energia S/A.

Assunto: Apurar eventual descumprimento dos planos, programas e projetos aprovados e/ou ausência da Licença de Instalação supostamente emitida pelo IMASUL para construção da PCH Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 no Município de Ribas do Rio Pardo.

13. Inquérito Civil nº 17/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aguinaldo Ferreira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, no pesqueiro de Aguinaldo Ferreira, na região de Palmeiras, em Terenos, pela construção de edificação potencialmente poluidora em Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

14. Inquérito Civil nº 2/2008

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de assoreamento da nascente do córrego Mário Rosa, localizado no município de Ponta Porã/MS.

15. Inquérito Civil nº 1/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arino Fonseca Marques

Assunto: Apurar dano ambiental consistente em desmatar florestas e demais formas de vegetação em área da fazenda Lagoinha, sem licença do órgão ambiental competente.

16. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou ato de improbidade administrativa no que tange à utilização de veículos oficiais pertencentes ao município de Jaraguari/MS, para fins particulares.

17. Inquérito Civil nº 6/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio J. da Silva Neto-ME, Aquino e Flores Ltda., Ledio Roque Pasolini e o município de Rio Verde Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta fraude na contratação de empresas para publicação de atos institucionais da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, referentes aos Processos nº 102, 003, 005, 007 e 011/2013, celebrados com as empresas requeridas.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000172-4 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000429-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nogueira Transporte Ltda - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do exercício da atividade de fabricação de ração para animais, no empreendimento descrito, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000904-6 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001632-5

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: OI S.A.

Assunto: Apurar violação difusa a direitos do consumidor em razão da péssima qualidade dos serviços de internet banda larga prestado pela empresa OI S/A no município de Iguatemi.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000020-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Kikue Sakamoto

Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0170 SOS Rios.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000064-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Sartori Foletto

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de árvores nativas e isoladas, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Sussuarana, localizada no município de Rio Brilhante/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000083-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Energética Porto das Pedras S.A e João Roque Buzoli

Assunto: Apurar suposto dano ambiental nas margens do Rio Sucuriú, no município de Chapadão do Sul, descrito no Laudo de Constatação n.º 3518 da Polícia Militar Ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000604-2

2.ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Assunto: Apurar o despejo de esgoto da SANESUL no Córrego Bonito.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000621-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Bom Jesus, áreas 01, 02 e 03

Assunto: Apurar a regularidade ambiental de propriedade rural.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001181-2

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na organização e eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Coxim.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002586-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Carrão Baterias LTDA EPP e Fabio Augusto Bonilha Fernandes.

Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental cometido pelos requeridos, consistente no transporte de produtos (baterias) perigosos ao meio ambiente, em desacordo com exigências estabelecidas em lei.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002601-6 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

13. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003169-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ronivon Flávio Rodrigues

Assunto: Apurar possível ocorrência de danos ambientais decorrentes de corte de árvores nativas sem a devida licença ambiental, na propriedade rural localizada na Linha Água da Onça, lote nº 654, Novo Horizonte do Sul.

7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000356-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Organização Social Gerir e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar notícia de irregularidades decorrentes da gestão da Organização Social Instituto Gerir no Hospital Regional Dr. José de Simone Neto, em Ponta Porã/MS.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2019/CGMP/MS, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Dispõe sobre a aplicação da Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018, quanto à celebração de acordos de não persecução penal.

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, pelos arts. 16, *caput*, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e pelo art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002327-4, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é o titular da ação penal, conforme o art. 129 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por intermédio da Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017, disciplinou acerca da instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público, mormente tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, fixou a tese de que o *Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado*¹;

CONSIDERANDO que o Capítulo VII da Resolução CNMP nº 181, com as alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018, tratou do “acordo de não persecução penal”, estabelecendo os requisitos e detalhamentos necessários para a sua implementação;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 17/2011-PGJ, de 22 de agosto de 2011, que disciplina, no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, o procedimento investigatório criminal, encontra-se em total consonância com a Resolução CNMP nº 181, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183;

CONSIDERANDO que o Sistema de Processo Eletrônico utilizado pelo MPMS – SAJMP – já contempla as disposições descritas na Resolução CNMP nº 181, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183, inclusive já constando inserida a movimentação “920482”, que permite ao órgão de execução do Ministério Público registrar os termos de acordo de não persecução penal; e

CONSIDERANDO que, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência (CF, art. 37, *caput*), da proporcionalidade (CF, art. 5º, LIV) e da celeridade (CF, art. 5º, LXXVIII), este órgão correicional também tratou desta matéria em seu Manual de Orientação Funcional²,

RECOMENDA aos membros do Ministério Público, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º Propor ao investigado o acordo de não persecução penal, quando se tratar de delito cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa cuja pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, não sendo o caso de arquivamento, desde que ele tenha confessado, formal e circunstanciadamente, a prática do delito, mediante o cumprimento de condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente, estabelecidas nos incisos I a V do art. 18 da Resolução CNMP nº 181.

¹ STF RE 593727, Repercussão Geral, Relator: Min. Cezar Peluso, Relator para Acórdão: Min. Gilmar Mendes, j. 14/5/2015, p. 8/9/2015.

² MATO GROSSO DO SUL. Ministério Público Estadual. Corregedoria-Geral do Ministério Público. Manual de Orientação Funcional. Campo Grande, 2018, p. 55-56, itens 62.13 e 62.14.

§ 1º O acordo será formalizado nos autos, contendo a qualificação completa do investigado, estipulando-se, de modo claro, as suas condições, eventuais valores a serem restituídos e as datas para cumprimento, e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, comunicando-se a vítima por qualquer meio idôneo e submetendo-se os autos à apreciação judicial.

§ 2º A confissão detalhada dos fatos e as tratativas do acordo deverão ser registradas, prioritariamente, pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações.

§ 3º É dever do investigado comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou *e-mail*, bem como comprovar mensalmente o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo ele, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar imediatamente, de forma documentada, eventual justificativa para o não cumprimento do acordo.

§ 4º O acordo de não persecução penal poderá ser celebrado na mesma oportunidade da audiência de custódia.

Art. 2º Atentar para o fato de que não se admitirá a proposta de acordo de não persecução penal nas hipóteses descritas nos incisos de I a VI do § 1º e no § 12 do art. 18 da Resolução CNMP nº 181, a saber, quando:

I – for cabível a transação penal, nos termos da lei;

II – o dano causado for superior a vinte salários mínimos;

III – o investigado incorra em alguma das hipóteses previstas no art. 76, § 2º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

IV – o aguardo para o cumprimento do acordo possa acarretar a prescrição da pretensão punitiva estatal;

V – o delito for hediondo ou equiparado e nos casos de incidência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

VI – a celebração do acordo não atender ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime;

VII – se tratar de delito cometido por militar que afete a hierarquia e a disciplina.

Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 06/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 06/2019, referente aos documentos Secretaria de Tecnologia da Informação, analisados e encaminhados para eliminação através do Formulário e Recolhimento de Documentos para Eliminação, com data do dia 23.01.2019, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor- Secretaria de Tecnologia da Informação		Órgão / Setor- Secretaria de Tecnologia da Informação	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 06/2019	Exercício 2015	Exercício 2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 07/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 07/2019, referente aos documentos do Núcleo Ambiental, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 07/2019-Núcleo Ambiental e anexo Formulário e Recolhimento de Documentos para Eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 07/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor- Núcleo Ambiental-PGJ		Órgão / Setor- Núcleo Ambiental-PGJ	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.0001-Controle de processos e correspondências; 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Avisos de Recebimento; 000.009-Requisição de Diárias; 000.010-Relatório de Viagem;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 07/2019	Exercício 2013	Exercício 2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 08/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 08/2019, referente aos documentos CAO de habitação e urbanismo e patrimônio histórico e cultural, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 008/2019-CAOMA-MS, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 08/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor- CAO HURB		Órgão / Setor- CAO HURB	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos; 000.011-Certidão expedida;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 08/2019	Exercício 2014	Exercício 2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

EDITAL Nº 09/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 09/2019, referente aos documentos do CAO do Meio Ambiente, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 008/2019-CAOMA-MS, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpad@mpms.mp.br), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 09/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor- CAOMA		Órgão / Setor- CAOMA	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.001-Controle de Processos e correspondências; 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos; 000.011-Certidão expedida; - Arrolamentos; -Termos; -Requerimentos diversos; -Despachos.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 09/2019	Exercício 2000	Exercício 2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 037/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0186/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **BRUNO RIBEIRO ALVES - ME**, representada por **Bruno Ribeiro Alves**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 14,00 (quatorze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 112,00 (cento e doze reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000209, de 16.01.2019. Vigência: 18.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 072/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0462/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **SANDRO ANTONIO MACIEL - ME**, neste ato representada por **Sandro Antonio Maciel**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000478, de 1º.02.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 074/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0470/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **SANDRO ANTONIO MACIEL - ME**, neste ato representada por **Sandro Antonio Maciel**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais) para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000486, de 04.02.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 085/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0290/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **TERRA PAISAGISMO E FLORICULTURA LTDA-ME**, representada por **Carlos Henrique da Silva Valini**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000452, de 30.01.2019.

Vigência: 13.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2019

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 086/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0520/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **NORDESTE SUL MATOGROSSENSE REVENDEDORA DE GÁS LTDA**, representada por **Fernando Issao Shiraishi**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000523, de 05.02.2019.

Vigência: 13.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 096/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0532/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOÃO RICARDO DO PRADO**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000568, de 06.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 098/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0531/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOÃO RICARDO DO PRADO**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000570, de 06.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 104/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0523/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **CK CONVENIÊNCIA LTDA-ME**, representada por **Charly Kipgen**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000517, de 05.02.2019.

Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 114/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0625/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **VERDE FLORA PAISAGISMO EIRELI-ME**, representada por **Ronaldo Gasque Soares**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000631, de 11.02.2019.

Vigência: 18.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2019

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/PGJ/2009.

Processo: PGJ/10/1567/2009.

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **ALEXANDRO NASCIMENTO DUARTE**, representado por **JOANA PAULO DO NASCIMENTO**.

Procedimento Licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo Legal: Artigos 13 e 27, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013; e artigo 62, §3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Incluir o item 6.4, na Cláusula Sexta, do Contrato nº 29/PGJ/2009, referente à locação do imóvel utilizado para a instalação da Promotoria de Justiça da Comarca de Batayporã/MS, para regulamentar a responsabilidade do Locador em providenciar e manter atualizado o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar.

Valor mensal do Contrato: R\$ 1.224,91 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Vigência/produção de efeitos: 1º.02.2019 a 19.07.2019.

Data de assinatura: 1º de fevereiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA****ANAUROLÂNDIA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00004161-7**

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Anaurilândia

REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública para a prestação de contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP, bem como ouvir sugestões para eventual utilização daqueles.

Data: 18 de março de 2019; Horário: 08 horas; Local: Câmara Municipal de Anaurilândia – Avenida Brasil, 1161, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução n.º 82/2012/CNMP; no

artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994; e no artigo 46 da Resolução n.º 15/2007-PGJ, resolve realizar Audiência Pública, nos termos seguintes:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Audiência Pública será realizada com a finalidade de o Município prestar contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP, bem como ouvir sugestões para eventual utilização daqueles.

Art. 2º - Caberá ao Promotor de Justiça de Anaurilândia a condução dos debates, nos termos definidos neste regimento. Parágrafo único - São prerrogativas do Presidente da sessão: a) Designar um ou mais secretários que a assistam; b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates; c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais; d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas; e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante; f) Prorrogar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil; g) limitar o número de inscritos para participação do debate.

TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

Art. 3º - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da Promotoria de Justiça de Anaurilândia, sito à Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Anaurilândia/MS, por meio do endereço eletrônico: pjanaurilandia@mpms.mp.br, ou antes do início da realização da audiência pública com o Secretário-Geral ou com pessoa indicada por este. § 1º. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores; §2º O número de inscritos para o debate será limitado a 20 (vinte) pessoas, podendo ser aumentado, a critério da Presidência.

Art. 4º - O(s) a(s) expositores(as) fará(ão) uso da palavra por 5 (cinco) minutos no máximo e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído, de acordo com o Presidente: §1º. Para as considerações iniciais poderão fazer o uso da palavra na respectiva ordem: a) O Promotor de Justiça de Anaurilândia; b) O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal falarão cada um por até 5 minutos; c) Secretário Municipal de Finanças; d) Os representantes da Comissão de Acompanhamento da CESP; §2º. Após as considerações iniciais realizadas, o Presidente passará a palavra aos convidados à audiência pública nesta ordem: a) Secretário Municipal de Finanças; b) Representante da Comissão de Acompanhamento do Recurso da CESP. §3º Encerrada a exposição dos convidados, o Presidente abrirá o debate, passando a palavra aos inscritos junto à Secretaria-Geral, sendo concedido no máximo 05 minutos para considerações e 03 minutos para a realização de perguntas aos convidados; a) as perguntas deverão ser formuladas de forma clara e objetiva, sendo permitida, porém, prévia consideração sobre o assunto a ser questionado desde que não ultrapasse o tempo limite concedido; b) ao convidado questionado será concedido o tempo máximo de 05 minutos para a resposta, devendo esta ser clara e objetiva sobre o questionamento que lhe foi realizado. §4º Ao final dos debates o Presidente da Audiência concederá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal que terão o prazo máximo de 03 minutos para suas considerações finais; §5º É facultado ao representante do Ministério Público Estadual convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas ou usuários, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência; § 6º Os casos omissos serão resolvidos no ato pela Presidência, constando da Ata.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO:

Art. 5º - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

Art. 6º - A Audiência Pública será realizada no dia 18 de março de 2019, a partir das 08 horas, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Brasil, 1161, Centro, Anaurilândia/MS.

Art. 7º - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

Art. 8º - A audiência será presidida pelo Promotor de Justiça de Anaurilândia, o qual irá abrir a Audiência Pública e, após leitura do objeto da sessão, concederá a palavra aos expositores na ordem prevista no §1º do artigo 4º, com posterior discussão com os interessados presentes, nos termos do § 2º e §3º do artigo 4º;

Art. 9º - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio a ser realizado pela presidência da Audiência Pública. § 1º. As manifestações versarão, obrigatoriamente, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição e cassar a palavra, na hipótese de insistência em desviar-se dos objetivos da Audiência Pública; § 2º. Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

Art. 10º - Será emitida declaração de comparecimento pela Promotoria de Justiça ao final da Audiência Pública para os participantes que solicitarem até o início da sessão.

Art. 11º - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata será lavrada e enviada posteriormente no *e-mail* cadastrado dos participantes em até dez dias após a realização do evento. § 1º. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues à Presidente dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública; § 2º. A ata será subscrita, no mínimo, pelo Presidente da Sessão, pelo Secretário-Geral na Audiência Pública e por 2 pessoas presentes, representando os demais;

Art. 12º - Ao final dos trabalhos, o representante do Ministério Público efetivará: I - Lavratura de Ata Circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15/2007-PGJ; II - Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, conforme dispõe a Resolução supracitada; III - No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE:

Art. 13º - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação e o extrato do edital publicado no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo único – Será solicitada à Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual, a divulgação da Audiência Pública no site da instituição com o fim de dar a publicidade devida.

Anaurilândia, 20 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça